

# Colombianos na Casa do Migrante, São Paulo (1997-2007): desterritorialização e rebusque\*

Rafael Estrada Mejía\*\*

## Colômbia: *terra ignota*

Colômbia era para o Brasil e muitos outros países, até pouco tempo atrás, uma terra ignota. Apesar de ser vizinhos e partilhar uma extensa fronteira, ela só começaria a aparecer reiterativamente na mídia brasileira com Pablo Escobar, o “Cartel de Medellín”, a droga e alguns assassinatos espetaculares. A imagem que se veicularia seria a de um país golpeado pela violência crônica com circunstâncias e perspectivas incertas. Na construção e consolidação do estereótipo do colombiano como narcotraficante, os meios de comunicação social têm desempenhado, não apenas no Brasil, um papel protagônico. Este processo coincide com o auge da economia da droga (cocaína), entre meados da década de 1980 e começos da década de 1990, quando os grandes cartéis surgiriam e desabariam dando lugar à atual atomização deste tipo de atividade (Pécaut, 2008: 13-14).

Por muito tempo, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), Álvaro Uribe Vélez, os paramilitares e, eventualmente, uns quantos narcotraficantes presos eram os personagens colombianos que apareceriam incessantemente nos jornais e telejornais brasileiros. A esta imagem era acrescentada a de um país abatido por uma “guerra civil” (Pécaut, 2008)<sup>1</sup>.

Poder-se-ia, conseqüentemente, afirmar que o conflito colombiano configura uma “guerra civil”? Sim, quando consideradas as motivações de alguns dos seus protagonistas. Sim, quando as manifestações de violência no âmbito local surgem como um confronto entre duas facções. Sim, quando é levada em consideração a frequência dos massacres e demais atrocidades que a torna semelhante à Guerra Civil Espanhola. Sim, quando é feita a avaliação das vítimas e das populações deslocadas. Contudo, essa afirmação se torna problemática

---

\* O pesquisador agradece à CAPES, à FAPESP e ao CNPq pelo suporte financeiro ao longo do doutorado, tempo durante o qual foram produzidos os dados que constituem a matéria prima deste artigo.

\*\* Rafael ESTRADA MEJÍA é antropólogo formado pela Universidade Nacional da Colômbia, mestre em Urbanismo pela Universidade de Karlsruhe, na Alemanha, e doutor em Antropologia Social pela UNICAMP. Atualmente, é pós-doutor junto ao departamento de Geografia da UNESP de Presidente Prudente. Pesquisador-colaborador do Departamento de Antropologia da UNICAMP.

quando aplicada ao conjunto do país. Poucos são os colombianos que se identificariam apaixonadamente com a causa de algum dos protagonistas. No âmbito urbano o conflito é percebido em menor escala. A economia gerada pelo narcotráfico é evidenciada na conformação de “zonas cinza”, nas quais as relações entre os antagonistas não eliminam os conluios (Pécaut, 2008).

Mesmo que se conheçam os protagonistas do conflito e algumas das modalidades de suas ações, é difícil determinar suas motivações e apostas. Não se pode ignorar que as iniquidades sociais e econômicas na Colômbia sejam indiscutivelmente muito marcadas, mas somente um pouco mais do que em alguns dos países vizinhos que não sofrem um conflito parecido. Ao contrário de vários Estados latino-americanos, a Colômbia nos últimos anos não avançou à esquerda e tem sido governada por presidentes cuja orientação essencial está em sintonia com a política antiterrorista estadunidense formulada pelo governo Bush (sobretudo, os governos do Álvaro Uribe). Mesmo assim, seria exagerado comparar essa administração com os regimes autoritários do Cone Sul da década de 1970. Ainda assim, é de salientar que os antecessores de Álvaro Uribe tentaram, em diversas ocasiões, negociar com os grupos insurgentes (Pécaut, 2008:14).

## **Colombianos desterritorializados<sup>2</sup>: São Paulo 1997-2007**

Em 2007, por ocasião da realização da pesquisa de campo de minha tese de doutorado, tive acesso aos arquivos do Centro de Estudos Migratórios (CEM), graças à atenciosa e acolhedora colaboração de sua equipe. Além de consultar as fichas cadastrais, realizei uma prática etnografia com solicitantes de asilo e refugiados de origem colombiana dentro e fora do albergue da Casa do Migrante. Ambas as instituições fazem parte da Missão Scalabriniana da Nossa Senhora da Paz, assim como o Centro Pastoral do Migrante e a Paróquia territorial do bairro, a Paróquia dos italianos e a Paróquia pessoal das comunidades hispano-americanas. Este conjunto está localizado no coração de São Paulo, na baixada do Glicério, antigo pântano na confluência dos bairros da Liberdade, Aclimação e Cambuci.

É de salientar que o CEM surgiria em 1969 como parte da Federação dos Centros de Estudos Migratórios de Joao Batista Scalabrini, Congregação dos Missionários de São Carlos/Scalabrinianos. Este centro conta com uma biblioteca especializada na temática migratória, além de editar a Revista Travessia desde 1988 e conta com uma parceria com os Laboratórios de Geografia Urbana e de Estudos sobre a Intolerância da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Além disso, possui um acervo fotográfico e de vídeos das comunidades latino-americanas e um banco de dados integrado, relativo aos atendimentos na Casa do Migrante e no Centro Pastoral do Migrante (Missão Paz, 2015).

Quanto à Casa do Migrante, como instituição voltada ao serviço dos migrantes, surgiria em 1974, quando o falecido padre Alberto R. Zambiasi fundou a Associação de Voluntários pela Integração dos Migrantes (AVIM).

Essa associação, composta por um grupo de voluntários (leigos, missionárias católicas scalabrinianas, padres scalabrinianos) e uma equipe de funcionários, era a responsável por “acolher” e acompanhar os migrantes e refugiados durante sua estadia. Posteriormente, em 2003, a AVIM deixaria de ser uma associação com personalidade jurídica e a Casa do Migrante passaria a ser assumida integralmente pelos Missionários scalabrinianos com a colaboração de leigos voluntários.

Se no final da década de 1970, a casa recebia, majoritariamente, famílias de migrantes internos compostas por jovens casais acompanhados de seus filhos que eram absorvidos pelo mercado de trabalho e/ou acolhidos pelos que na migração familiar os haviam antecedido, a partir de 1990, a Casa do Migrante passaria a receber, em sua maioria, pessoas sozinhas, com idade entre 20 e 40 anos, à procura de trabalho (Cutti 1997). E nos últimos anos, além de acolher migrantes internos, alberga um número cada vez maior de imigrantes e refugiados provenientes principalmente da África e da América Latina.

Escolhi este ambiente para a pesquisa porque, em primeiro lugar, a Casa do Migrante era o local, por antonomásia, para onde eram encaminhados os colombianos à procura de refúgio. Em segundo lugar, porque o CEM possuía o extraordinário acervo ao qual acabei de referir-me.

Na Casa do Migrante me foi permitido participar como voluntário auxiliando seus moradores no uso da internet. Durante esse ano, além de frequentar os cursos de português ministrados tanto na Casa quanto no SESC do Carmo, etnografei outros albergues da cidade que eram frequentados por colombianos à procura de refúgio. Durante este tempo consegui gravar 16 entrevistas com pessoas de origem colombiana dentro e fora da Casa do Migrante<sup>3</sup>. Suas narrativas não configuram em absoluto uma biografia detalhada, mas esboçam múltiplas linhas de uma trajetória (Kofes, 2001: 22). Os relatos giraram em torno à vida na Colômbia, os motivos que originaram sua fuga e sua experiência vital no Brasil e nos países pelos quais passaram. Por questões de ordem teórico-metodológica os denominei viajantes forçados. Utilizo tal designação com o intuito de problematizar a noção de “refugiado”, pois ela constitui uma identidade imposta especialmente pelo “governo do humanitário” (Agier, 2003, 2006, 2008).

## **Habitando São Paulo**

A maioria dos colombianos (imigrantes econômicos e estudantes universitários) residentes em São Paulo morava, sobretudo, na opulenta Zona Sul: Morumbi, Pinheiros, Butantã, Moema ou Jardins, em moradias próprias ou alugadas. Inversamente, aqueles que estavam à procura de refúgio habitavam, sobretudo, em albergues públicos ou quartos alugados em cortiços do “centro velho” (Liberdade, Cambuçu) ou na Zona Leste.

Contudo, hoje o sistema de albergues do centro da cidade está em vias de extinção, pois “impulsos de higienização social”, característicos dos mais

preconceituosos projetos de construção da cidade “higienista” dos alvares do século XX, fundamentados no “mito da cidade global” (Ferreira, 2007), estariam se tornando uma realidade.

O deslocamento de albergues para regiões periféricas, a perseguição aos sem-teto e moradores de rua, atrelados a projetos de gentrificação do centro, têm atingido intensamente os desterritorializados de todas as origens. Encontrar uma habitação em São Paulo, nesse contexto, não é um assunto fácil, especialmente quando alguém se torna viajante forçado e não conta com apoio. De qualquer maneira, a única opção de alojamento, a princípio, é pagar uma ou mais diárias em um hotel, pensão ou pousada baratos, preferencialmente no centro da cidade. É o caso da “amada-detestada” Avenida Rio Branco na altura das ruas Ipiranga e Aurora (Santa Efigênia), cujos hotéis são frequentados por outros hispano-americanos, especialmente peruanos. “Tática” a que se recorre enquanto surge uma vaga em um albergue da rede pública.

A CÁRITAS Arquidiocesana de São Paulo (CASP) era a responsável pela assistência referente à moradia, alimentação, saúde, aulas de português, cursos de formação profissional, etc., para inserção no mercado de trabalho. Com essa finalidade esta instituição celebrou convênios com outras entidades da sociedade civil, como é o caso do Serviço Social do Comércio (SESC). O SESC assinou em 05 de dezembro de 1995 um convenio que na prática fornece aos refugiados e solicitantes de asilo refeições a baixo custo (60% de desconto do preço normal), no restaurante do SESC do Carmo. Além disso, esta mesma entidade oferece atividades culturais, recreativas, esportivas, cursos básicos de conversação em português, acesso livre a internet, informações sobre emprego e legislação, passatempos, etc.

## **Colombianos na Casa do Migrante**

A maioria dos colombianos à procura de refúgio era encaminhada à “Casa do Migrante” ou à “Casa das Mulheres”. Esta última correspondia à coloquial denominação dada para a Casa de Acolhida da Obra Social de Nossa Senhora Aparecida. Assim como a Casa do Migrante, ela estava localizada na baixada do Glicério. Como casa de acolhida começaria a funcionar na emblemática data de 12 de outubro de 2006, dia da comemoração da “Nossa Senhora de Aparecida”. Este albergue era (e continua sendo) dirigido pela congregação das Irmãs Palotinas (Palotinas, 2015), uma comunidade religiosa pertencente à Igreja Católica. A função dele era oferecer moradia por até um ano para mulheres refugiadas, sozinhas ou com seus filhos. No entanto, estas deviam ter até 12 anos de idade. Já no caso das meninas, a idade não era empecilho. Além disso, eram recebidas mulheres egressas do sistema penitenciário, tanto imigrantes quanto brasileiras, que demonstrassem não ter condições de garantir a sua própria subsistência e manifestassem “um desejo de reconstruir suas vidas e quisessem adquirir autonomia social e financeira”. Havia também alguns quartos no segundo andar que eram alugados para mulheres estudantes em qualidade de pensionistas.

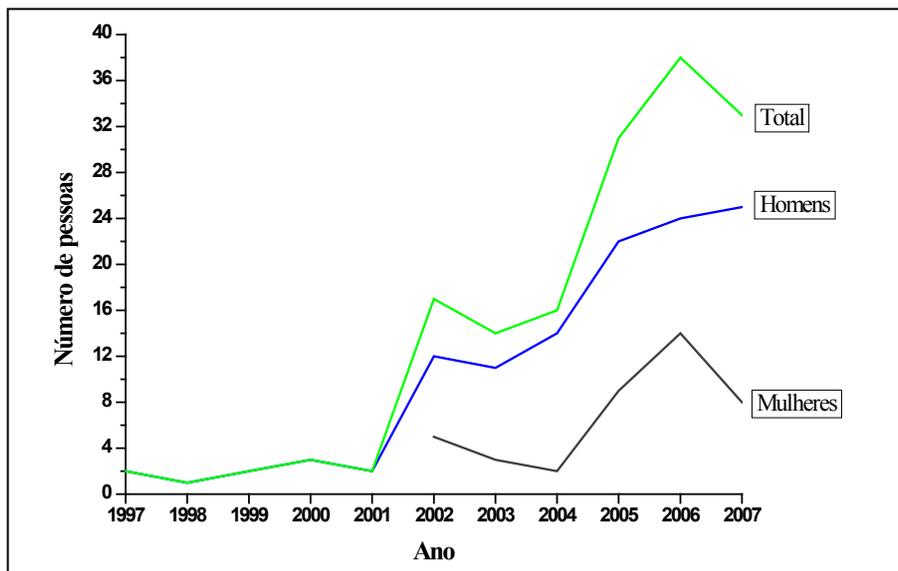
Ali era oferecido alojamento, alimentação, banho, higiene pessoal, lavagem e secagem de roupas, guarda de pertences e endereço de referência.

Tanto na Casa do Migrante quanto na Casa das Mulheres era feita uma entrevista junto ao setor de assistência social, o qual informava sobre a disponibilidade de vagas, o tempo de permanência e o regulamento. É de salientar que até 2014 não existia em São Paulo uma moradia específica para solicitantes de asilo e refugiados como opostamente sucedia no Rio de Janeiro, por exemplo.

Com relação à análise das fichas cadastrais, verifiquei que um total de 159 colombianos passou pela Casa do Migrante. A maioria deles (105) era homens, solicitantes de asilo ou refugiados que a partir de 2001 cresceriam progressivamente, atingindo seu ápice em 2006, 38 pessoas. Isso significa que nesse ano, perto de 40% dos albergados era de origem colombiana (considerando que o número máximo de usuários que ali podia ser atendido era de 100 pessoas por mês.).

Já entre 2006 e 2007 este grupo sofreria uma diminuição. Porém, eles ainda conformariam mais da terceira parte do total dos moradores. E a presença masculina sempre foi maior do que a feminina. Esta última seria visível a partir de 2002, alcançando seu ponto máximo em 2006, ano no qual elas representam um pouco mais da metade do total. Porém, a partir desse mesmo ano sua presença diminuirá. O incremento da presença feminina está relacionado com a chegada de mães chefes de família à procura de refúgio, sobretudo, a partir de 2004 (gráfico 1).

**Gráfico 1:** População de origem colombiana, por sexo, na Casa do Migrante, em São Paulo, no período 1997-2007

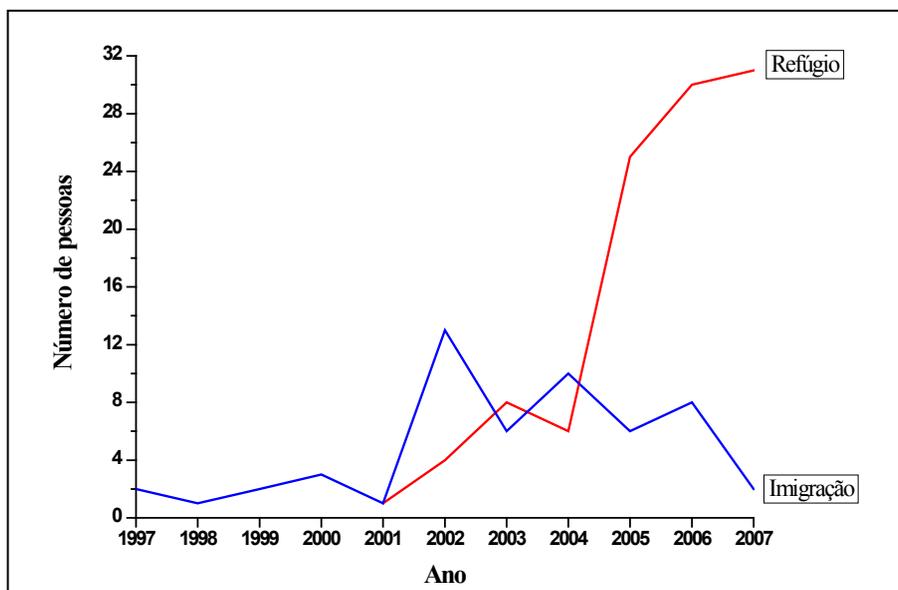


Fonte: Elaboração própria a partir das fichas cadastrais de usuários da Casa do Migrante. Acervo CEM.

## Status jurídico

Quanto ao *status* jurídico atribuído aos colombianos (gráfico 2), destaca-se a presença de “imigrantes” desde 1997. Porém, seu incremento é menor e mais atenuado ao longo da década, com exceção dos anos de 2001 e 2004. Ao contrário, colombianos à procura de refúgio surgem a partir de 2001. Esse grupo crescerá significativamente a partir do ano de 2004. Assim, em 2007 quase todos se encontravam procurando refúgio. No que diz respeito à distribuição por sexos, observa-se que predominam os homens. A presença feminina à procura de refúgio é evidente a partir de 2003, quando seu número tende a ser cada vez mais expressivo, se comparado com o de “imigrantes”.

**Gráfico 2:** População de origem colombiana, conforme status jurídico na Casa do Migrante, em São Paulo, no período 1997-2007



Fonte: Elaboração própria a partir das fichas cadastrais de usuários da Casa do Migrante. Acervo CEM.

De modo global, os solicitantes de asilo provinham de camadas populares que careciam de uma rede de suporte ou de recursos econômicos suficientes, por isso tentavam alcançar a fronteira mais próxima. E também havia pessoas que tiveram que fugir novamente do primeiro país de refúgio devido às reiteradas ameaças ou perseguições (reassentados). As solicitações de refúgio no Brasil aumentariam principalmente a partir do ano 2000, porém sua tendência a partir de 2005 foi a de se estabilizar.

Por outro lado, registra-se, a partir de 2006, a presença de aproximadamente 17 mil colombianos, sobretudo indígenas, no estado do Amazonas. Porém, eles não receberiam nenhum tipo de assistência por parte do Alto Comissariado das Nações Unidas (ONU) para Refugiados (ACNUR). Quanto aos refugiados reassentados colombianos, é de ressaltar que a maioria provinha do Equador. É importante assinalar que o Programa de Reassentamento Solidário no Brasil se inicia em 1999.

Contudo, os primeiros reassentados colombianos chegariam ao Brasil em 2003. Dos cerca de 450 refugiados colombianos que havia no Brasil no ano de 2007, quase a metade correspondia a reassentados que provinham do Equador. Nesse mesmo ano o Brasil albergava um total 3.461 refugiados (sem incluir os reassentados). Desse número, aproximadamente 75% eram de origem africana, quase a metade provinha da Angola, enquanto os latino-americanos eram aproximadamente 14%, dos quais os colombianos eram o grupo mais abundante, quase 7% do total dos refugiados. Praticamente a mesma proporção dos refugiados originários do Oriente Médio.

Em relação ao conjunto de reassentados no Brasil, o número total era de 400 aproximadamente. Destes, cerca de 60% eram colombianos, enquanto os palestinos eram quase 30% e os afegãos aproximadamente 6%. No que se refere à distribuição geográfica dos reassentados no Brasil, a maioria dos colombianos se encontrava nos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul e em menor proporção nos Estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco e Goiás. No caso de São Paulo, a maioria deles habitava fora da capital, no interior do estado (Campinas, São José dos Campos, etc.). É de salientar que haveria muitas críticas e inclusive protestos por parte de refugiados palestinos, colombianos, iraquianos e afegãos, entre outros, ao Programa de Reassentamento Solidário no Brasil.

Assim, no final de 2007, quinze reassentados colombianos abandonariam o país. Outros colombianos seriam atingidos por medidas repressivas ao fazer reivindicações coletivas perante o Centro de Acolhida para Refugiados da CASP, no começo de 2007. Não é demais lembrar que muitos deles já tiveram que fugir devido a reivindicações individuais ou coletivas. Assim, para muitos deles a ação coletiva (associação) é muito perigosa dentro ou fora da Colômbia. Daí a opção por uma resistência mais difusa, menos visível.

Ao mesmo tempo, é fundamental questionar-se sobre o que sucede quando uma solicitação de asilo é denegada. Em primeiro lugar, a falta de documentação. Hipoteticamente os indocumentados podiam contar com o atendimento na rede pública hospitalar, escolar, de assistência social e jurídica. Entretanto, na prática o indocumentado tinha dificuldade de acesso a esses serviços, sem contar com o temor gerado diante de uma eventual criminalização ou punição por permanecer nessa condição: multa, deportação, etc.. Quanto ao indeferimento ou arquivamento dos processos, as cifras revelavam uma alta porcentagem. Assim, em 2006 seriam denegados ou arquivados aproximadamente 26% das solicitações. Já em 2007 haveria um aumento que alcançaria mais ou menos 66%.

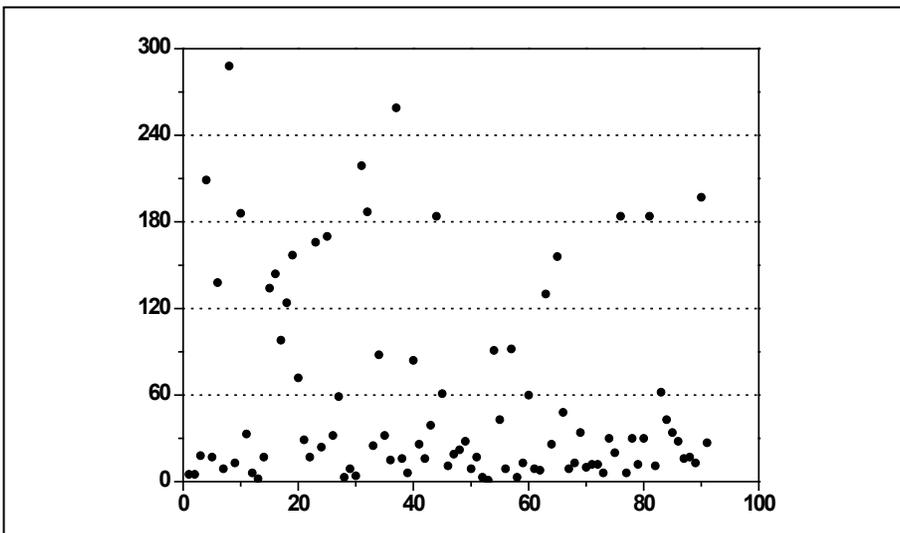
## Faixa etária

Em relação à faixa etária, ao longo desse período (1997-2007), predominariam os colombianos entre 20 e 50 anos. Porém, a partir de 2002 chegariam as primeiras famílias e junto com elas seus pequenos filhos. No entanto, será em 2005 quando se registrará a maior presença de crianças e adolescentes (8 dos 25 que ali estiveram tinham entre 0 e 19 anos) em função da chegada das famílias à procura de refúgio.

## Tempo de permanência

Sobre o tempo de permanência, nota-se que a maioria dos 91 homens permaneceu, em geral, no albergue no máximo 60 dias, levando em conta que o tempo máximo estabelecido era de 180 dias. Contudo, houve outros dois grupos menores que permaneceram um tempo maior, isto é, aqueles que ficaram entre 120 e 180 dias e aqueles que ficaram mais de 180 dias (gráfico 3).

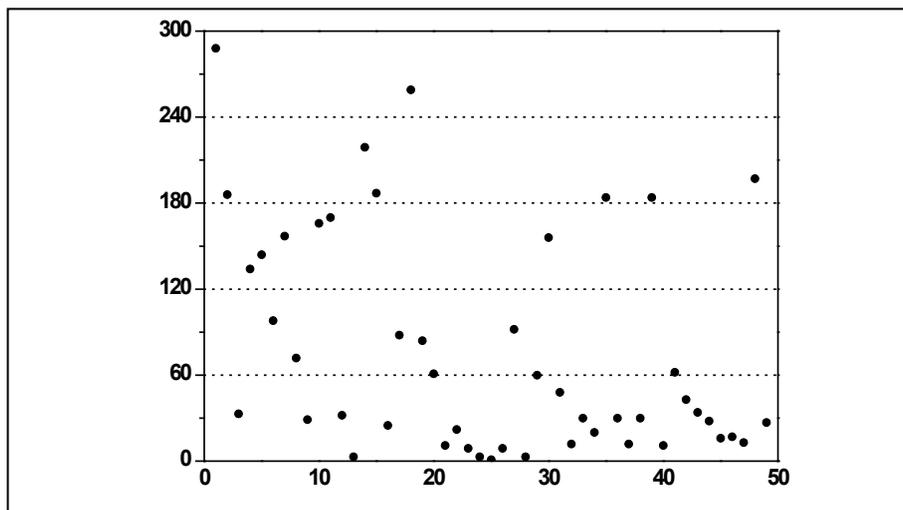
**Gráfico 3:** Tempo de permanência, em dias, dos homens colombianos na Casa do Migrante, em São Paulo, no período 1997-2007



Fonte: Elaboração própria a partir das fichas cadastrais de usuários da Casa do Migrante. Acervo CEM.

Entre 1997 e 2007 houve 57 homens à procura de refúgio. A maioria deles permaneceu no máximo 60 dias. Observaram-se também outros dois grupos importantes, aqueles que estiveram entre 120 e 180 dias e, finalmente, aqueles que ficaram ainda mais tempo: entre 180 e 240 dias (gráfico 4).

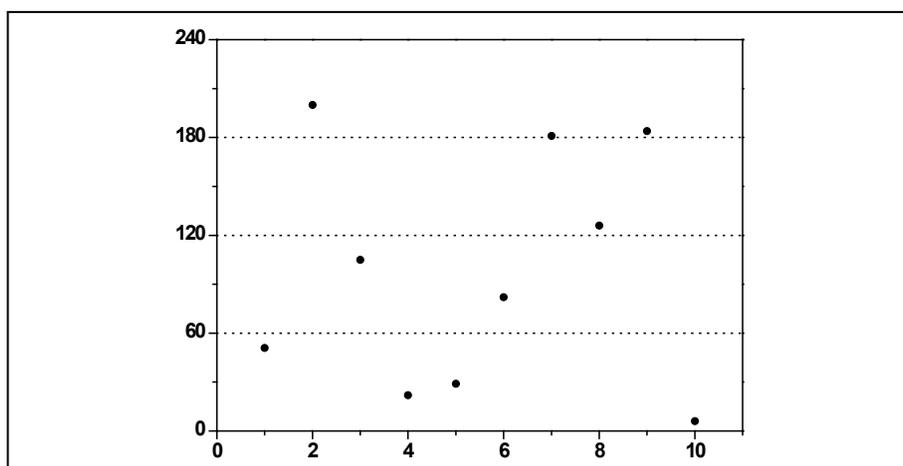
**Gráfico 4:** Tempo de permanência, em dias, dos homens colombianos na Casa do Migrante, em São Paulo, à procura de refúgio, no período 1997-2007



Fonte: Elaboração própria a partir das fichas cadastrais de usuários da Casa do Migrante. Acervo CEM.

Quanto às 10 mulheres albergadas entre 1997 e 2007, é de salientar que a tendência foi a de ficar mais tempo que os homens. Em consequência, a maioria ficou até 120 dias. A maioria delas (6) procuravam refúgio. As demais estiveram um pouco mais (gráfico 5).

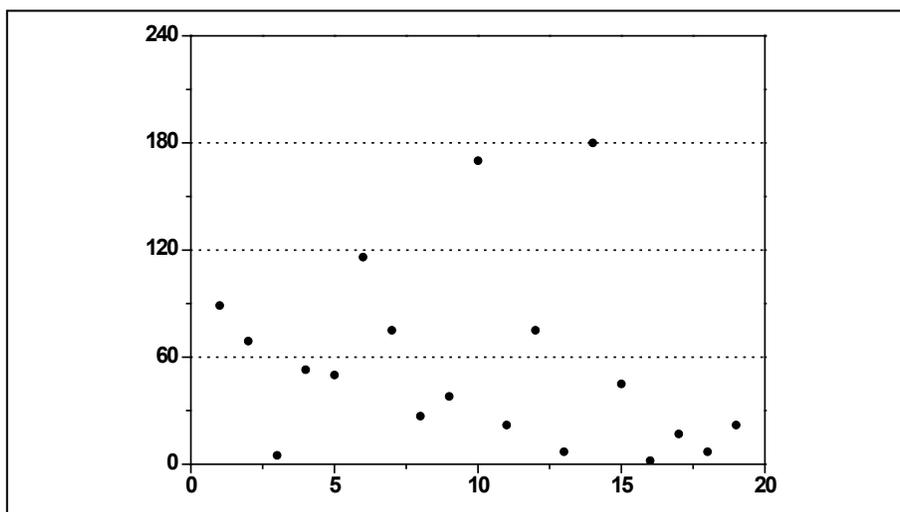
**Gráfico 5:** Tempo de permanência, em dias, das mulheres colombianas na Casa do Migrante, em São Paulo, no período 1997-2007



Fonte: Elaboração própria a partir das fichas cadastrais de usuários da Casa do Migrante. Acervo CEM.

Em relação às 19 famílias<sup>4</sup> de origem colombiana, destaca-se que a maioria ficou até 60 sessenta dias, outro grupo ficou até 120 dias e só duas estiveram até cerca de 180 dias. É de ressaltar que a maioria das famílias (16) buscava refúgio (gráfico 6).

**Gráfico 6:** Tempo de permanência, em dias, das famílias colombianas na Casa do Migrante, em São Paulo, no período 1997-2007



Fonte: Elaboração própria a partir das fichas cadastrais de usuários da Casa do Migrante. Acervo CEM.

De modo geral, os colombianos usufruíam ao máximo do tempo de permanência permitido nos albergues, muitos deles inclusive havia entrado em uma espécie de “dependência assistencial”, pois constantemente solicitavam às assistentes sociais que os transferissem de albergue, como acontecia com vários deles que conheci.

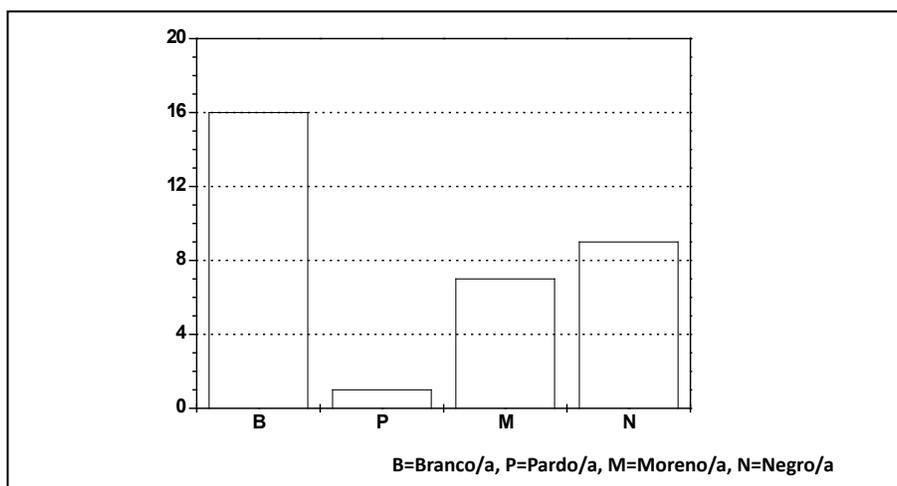
Essa situação estava ligada à impossibilidade de conseguir um trabalho digno, acarretando a recorrência ao rebusque<sup>5</sup>. Isto é, achar uma solução ocasional e engenhosa para enfrentar e sortear dificuldades diárias constitui um saber-fazer, uma arte da resistência (Certeau, 2003: 13; 17). O rebusque perpassa os diversos estratos vitais: morar, trabalhar, interagir, etc. Era e é uma prática difusa, molecular (Deleuze; Guattari, 1994: 218), contraposta à reivindicação. Considero que o rebusque não como uma estratégia de integração social (Estrada, 2010), mas um saber-fazer, uma arte da resistência. O rebusque constitui o efeito da crise institucional (colombiana) e a maneira de adaptação racional à situações nas quais não se dá a cooperação nem se tem certeza sobre a estabilidade dos acordos, como diria Pécaut (2003: 152), potencializados pelos estados de guerra prolongados (Uribe de Hincapié, 1998: 11-37; Uribe de Hincapié, 1999: 23-47) que produzem efeitos macro e micropolíticos (Guattari, Rolnik, 2011; Rolnik,

2011). Quem conseguia romper esse “círculo vicioso da dependência social”, o rompia porque, provavelmente, tinha encontrado um trabalho “melhor” (aliás, “bicos”) ou porque recebia provisoriamente auxílios econômicos do ACNUR (cerca de 300 reais mensais). Esporadicamente o ACNUR, através da CASP, proporcionava medicamentos, material de higiene pessoal e algumas roupas usadas. Quem estava em melhores condições pagava um quarto em um cortiço, por exemplo, na Liberdade. Ali o aluguel mensal era praticamente equivalente ao valor do auxílio. Esse era o caso de uma família de três refugiados que conheci e que juntava suas ajudas com outros ingressos por “bicos” (rebusque) para poder sobreviver, pois seu tempo na rede de albergues teria se esgotado.

## Raça

Outro critério de registro acessado foi o de raça (gráfico 7). É de se destacar que só a partir de 2006 haveria uma regularidade na inclusão desta categoria. Portanto, só no cadastro de 33 dos 91 colombianos que estiveram albergados nessa década, registra-se alguma classificação racial. Desse número, a maioria (27) procurava refúgio. Praticamente a metade aparece registrada como branco, sendo que aparecem registrados como negros (9), morenos (7) e pardos (1). No que se refere às dez mulheres albergadas no mesmo período, só seis delas tiveram alguma categorização racial. Destas seis, a metade (três) foi registrada como negra, duas como brancas e uma como parda. Quanto às famílias, somente em 8 das 19 foi incluída a categoria de raça. Dessas oito, duas foram classificadas como negras, duas como brancas, duas como morenas e negras, duas como branca e parda.

**Gráfico 7:** Raça dos homens colombianos na Casa do Migrante, em São Paulo (1997-2007)

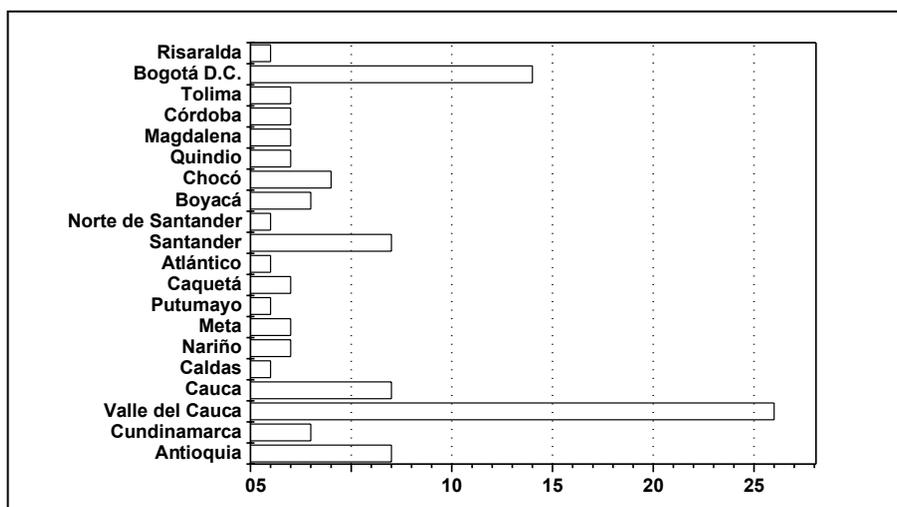


Fonte: Elaboração própria a partir das fichas cadastrais de usuários da Casa do Migrante. Acervo CEM.

## Origem (naturalidade)

No que diz respeito ao lugar de origem dos colombianos (gráfico 8), destaca-se que das 159 pessoas, registrou-se apenas o local de nascimento de 90 delas. Elas nasceram em pelo menos 47 municípios diferentes e um pouco menos da metade (41) delas nasceu em quatro das principais cidades da Colômbia: Cali (15), Bogotá (14), Medellín (5), Buenaventura (4), Bucaramanga (3). Já no que diz respeito aos departamentos de naturalidade, observa-se que os mais representativos são: Vale do Cauca, Bogotá (Distrito Capital), Antioquia, Cauca e Santander, que somados representam cerca de 70%. Salienta-se que vários destes colombianos nasceram na região do “Eixo Cafeeiro” (Risaralda, Quindio e Caldas) a qual tem uma tradição de migração forçada importante na Colômbia. Por outro lado, além das localidades tradicionalmente atingidas pelo conflito armado colombiano, podem-se reconhecer várias delas que estão associadas com sua recente intensificação como, por exemplo, os departamentos de Choco, Caquetá, Meta, Nariño, Putumayo.

**Gráfico 8:** Departamentos de origem das pessoas colombianas na Casa do Migrante, em São Paulo, no período 1997-2007



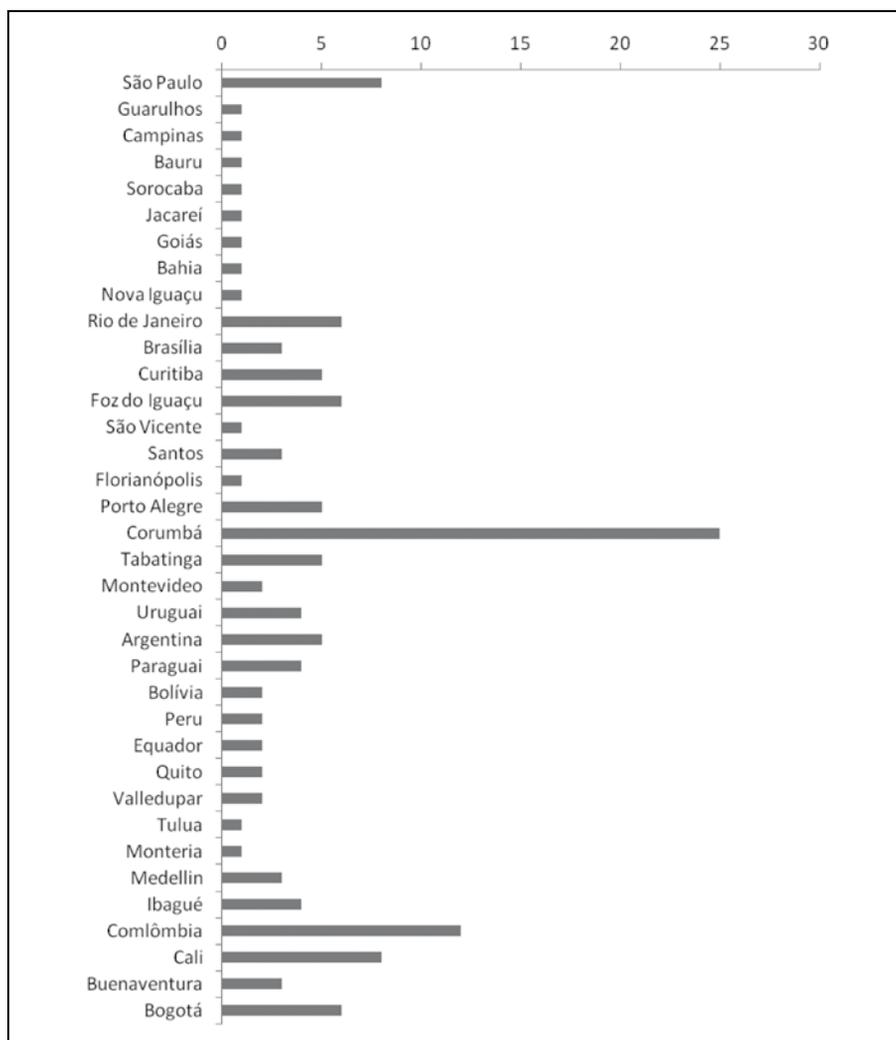
Fonte: Elaboração própria a partir das fichas cadastrais de usuários da Casa do Migrante. Acervo CEM.

## Procedência

Em relação à procedência, foi possível reconstruir tanto a travessia quanto a localidade a partir da qual os colombianos empreenderam sua fuga em direção a São Paulo (gráfico 9). Quanto às localidades de procedência, pode-se deduzir que eles moravam no país de origem antes de chegar ao Brasil. O percurso mais plausível seria o de que eles teriam fugido por via terrestre ou aérea até Bogotá,

dali embarcariam em voos comerciais com destino ao Brasil, principalmente em direção a São Paulo ou Rio de Janeiro. Das 139 pessoas que se colocaram nessa travessia, 40 delas (29%) seguiria, muito provavelmente, essa trajetória. Com exceção talvez de três pessoas provenientes de Buenaventura e que embarcariam sem documentos em navios que ancorariam no porto de Santos-SP, desconhecendo que teriam chegado ao Brasil.

**Gráfico 9:** Procedência mais recente das pessoas colombianas antes de serem acolhidas na Casa do Migrante, em São Paulo, (1997-2007)



Fonte: Elaboração própria a partir das fichas cadastrais de usuários da Casa do Migrante. Acervo CEM.

No caso dos provenientes do Equador, em geral, e Quito, em particular, trata-se, muito provavelmente, de pessoas que procuraram refúgio no Equador, mas que por perseguições ou ameaças tiveram que abandonar o país. Isto vale para a maioria daquelas que provinham do Peru, do Paraguai, da Bolívia, bem como para aquelas que entraram pela fronteira brasileira com estes dois últimos países (Corumbá e Foz de Iguaçu) e passaram por cidades do interior paulista (Bauru, Sorocaba e Campinas). 46 imigrantes colombianos (33%) que fizeram esse percurso e chegaram a São Paulo, muito provavelmente, tiveram que viajar pelo menos uma semana por via terrestre. Contudo, outros podem levar até um mês ou mais dependendo, principalmente, da disponibilidade de recursos econômicos. Em geral, só poucos foram classificados como caminhantes, andarrilhos, mochileiros. Quanto às onze pessoas (aproximadamente 8%) procedentes de localidades do Cone Sul (Argentina e o Uruguai, em geral, e Montevidéu, em particular), muito provavelmente se tratava de pessoas que estavam morando nesses países, mas que tiveram que fugir. Eles certamente tiveram que empreender um longo trajeto terrestre (ônibus, carona), dependendo dos recursos disponíveis.

Outra via de entrada ao Brasil consistiria na travessia pela floresta amazônica. A localidade de entrada por excelência é a cidade de Tabatinga, na fronteira com a Colômbia. Ressalta-se que Leticia, a única cidade fronteiriça da Colômbia nesta região, é a capital do departamento de Amazonas e está localizada na margem esquerda do rio Solimões. Ademais, Leticia fica distante e está completamente isolada (geográfica e socialmente) das principais cidades colombianas. No passado foi um importante porto fluvial e de intercâmbio comercial com o Brasil e o Peru, mas hoje está em evidente declínio. É de assinalar que em Leticia mora 60% da população do departamento de Amazonas, onde, de acordo com o último *Censo General* 2005, realizado pelo Departamento Administrativo Nacional de Estadística (2008), havia 67.726 habitantes. Apenas cinco pessoas (3,6%) fariam este trajeto, o qual, dependendo da localidade de início, poderia ter levado meses.

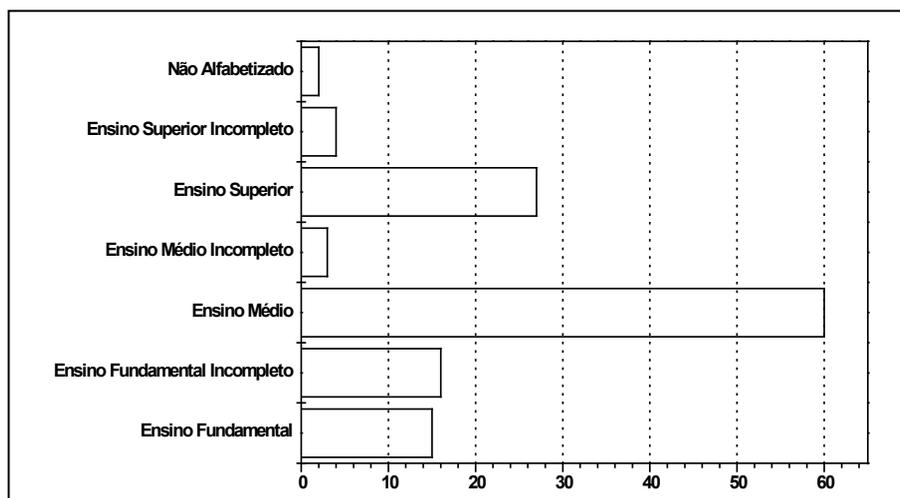
No que diz respeito às treze pessoas (9,4%) procedentes de Bahia, Goiás, Brasília, Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, Jacareí, é provável que se trate de quem já estava nessas localidades ou fez escala nelas, procedente da Colômbia, Venezuela, Equador Peru ou Bolívia, onde teriam solicitado asilo. Já no que tange às quatro pessoas (cerca de 3%) provenientes do litoral paulista (Santos e São Vicente), é provável que se trate de pessoas provenientes de outros países do Cone Sul (Argentina, Uruguai e Chile). Estes viajantes forçados teriam realizado sua travessia de forma terrestre ou viajaram sem documentos em navios procedentes do porto colombiano de Buenaventura, como mencionado antes. Por fim, no caso das onze pessoas (cerca de 8%) que provinham do sul do Brasil (Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba), é provável que elas já estivessem assentadas nessas cidades ou estivessem em trânsito entre o Brasil, a Argentina e/o Uruguai, como teria acontecido em alguns casos.

É importante destacar que a região conhecida como “Eixo Cafeeiro” evidenciaria um crescente fluxo de pessoas à procura de refúgio em especial desde meados da década de noventa. Essa região se tornaria uma das principais regiões de emissão de colombianos por várias razões: a crise cafeeira de finais da década de oitenta, a intensificação da violência ligada ao narcotráfico e a delinquência comum (1998 a 2001) e a insegurança ocasionada pelo ataque de grupos armados. Além disso, o contexto pioraria depois do terremoto de 25 de janeiro de 1999 que atingiu pelo menos 28 municípios da região. Além do “Eixo Cafeeiro”, os desterritorializados provinham dos departamentos fronteiriços com o Equador (Nariño, Putumayo e Caquetá), a Venezuela (Santander do Norte e do Sul), o Brasil e o Peru (Vaupés, Guainía e Amazonas) e, por fim, o Panamá (Chocó). Nestes lugares o conflito teria se agudizado nos últimos anos.

## Escolaridade

No tangente à escolaridade, os colombianos albergados possuíam bom nível educacional. Apenas duas pessoas, das 127 registradas, eram analfabetas. Cerca da metade delas tinha cursado o ensino médio. Por outro lado, é de se destacar que aproximadamente uma quarta parte delas cursou estudos superiores, sendo que a maioria os completou. Quanto ao ensino fundamental, aproximadamente a quarta parte deles o frequentou, a metade praticamente os terminou (gráfico 10).

**Gráfico 10:** Nível de escolaridade das pessoas colombianas na Casa do Migrante, em São Paulo, (1997-2007)

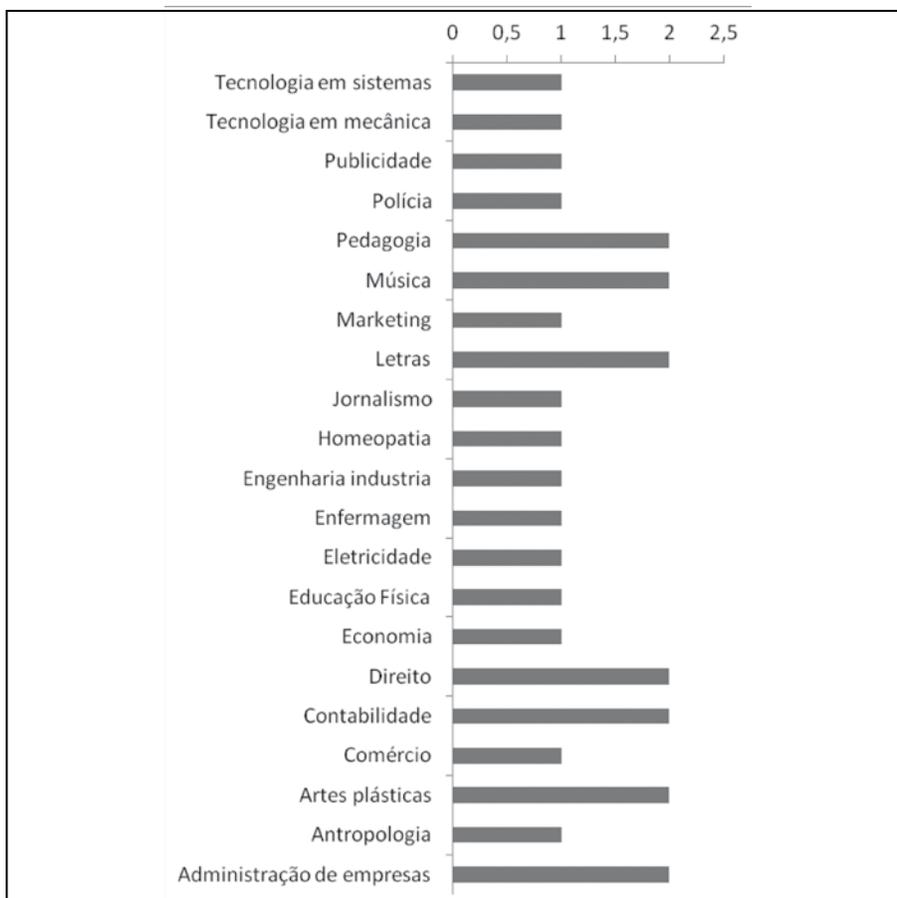


Fonte: Elaboração própria a partir das fichas cadastrais de usuários da Casa do Migrante. Acervo CEM.

## Mundo do trabalho

Quanto às profissões e ofícios, foram cadastradas 28 pessoas, cujas profissões e ofícios eram diversos (gráfico 11). O leque é bastante amplo. Entretanto se destacam administração de empresas, artes plásticas, contabilidade, direito, letras, música e pedagogia. Igualmente, registrou-se a presença de antropólogos, homeopatas, publicitários, jornalistas, etc. As ocupações dos colombianos desvelam que nem sempre se exerce a profissão não qual se formou ou apreendeu. Por outro lado, os ofícios permitem uma aproximação ao mundo do trabalho, seja o que exerciam no país de origem ou o desempenhado nas localidades de destino. Diante das dificuldades, a maioria deles já tinha exercido múltiplas ocupações, o que evidentemente configuraria a importância do *rebusque*.

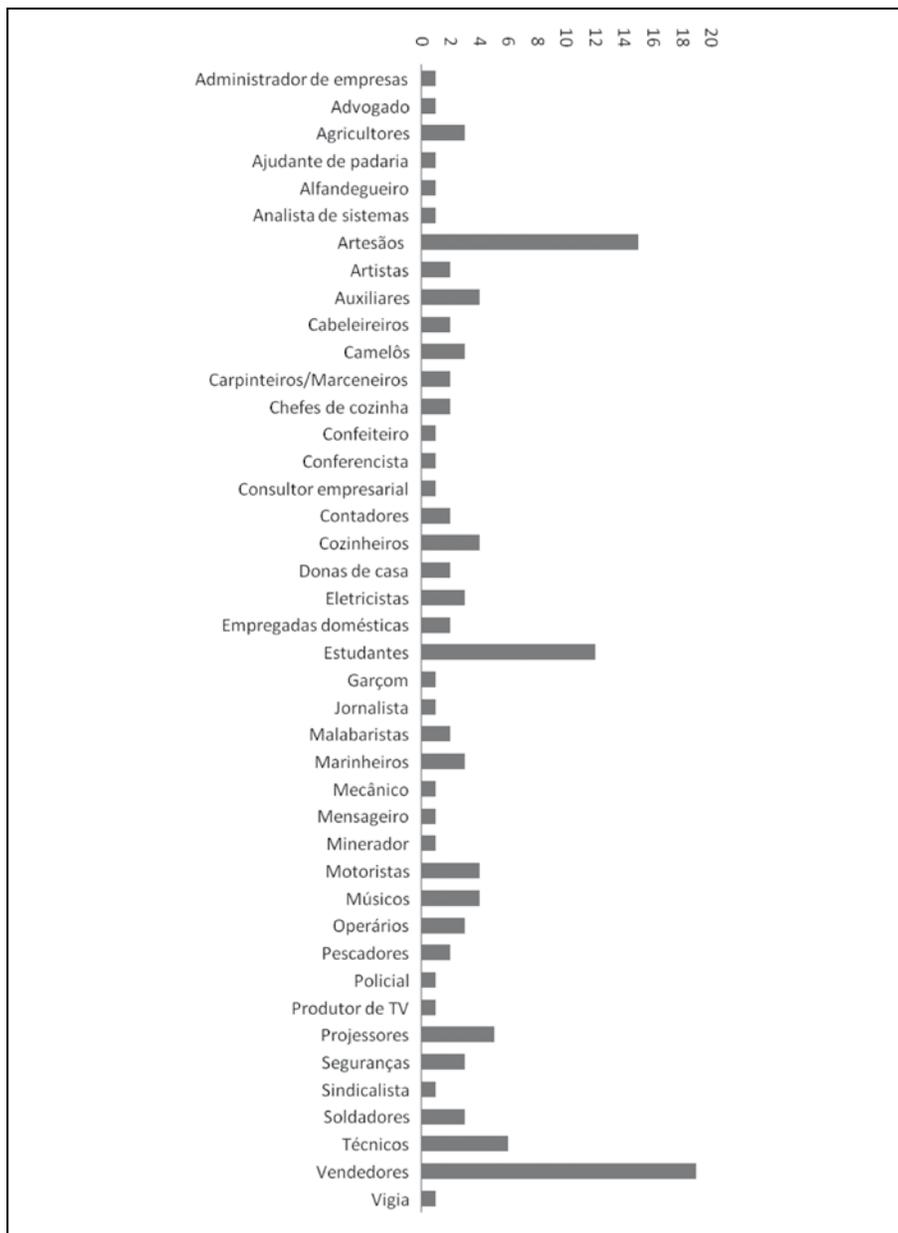
**Gráfico 11:** Profissões e Ofícios das pessoas colombianas na Casa do Migrante, em São Paulo, (1997-2007)



Fonte: Elaboração própria a partir das fichas cadastrais de usuários da Casa do Migrante. Acervo CEM.

De acordo com os registros, pude classificar 43 ocupações exercidas pelos 129 colombianos que permaneceram entre 1997 e 2007. Observa-se que as mais praticadas se concentram no setor de serviços. Sobressaem vendedores (15%), artesãos (12%), estudantes (9,3%), técnicos em geral (cerca de 5%), professores (cerca de 4%), cozinheiros, auxiliares em geral, músicos e motoristas (cerca de 3% cada uma). Alguns ofícios são *sui generis*: conferencistas, malabaristas (gráfico 12). Constatei também que as ocupações mais desempenhadas eram informais (*rebusque*). A *flexibilidade* e a *precariedade* (Estrada, 2010: 192), em todo sentido, predominavam: comércio ambulante (camelô), publicidade de rua (distribuição de panfletos, produtos e serviços, *homens-cartazes*). Outras atividades estavam ligadas à construção civil (bicos de pedreiros ou ajudantes: *rebusque*). Havia também eletricitas, telefonistas de *Call Centers* (nicho de mercado em auge e para o qual falar espanhol era vantajoso), músicos de rua, garçons, alguns poucos professores de espanhol, cabeleireiros, etc.

**Gráfico 12:** Ocupações das pessoas colombianas acolhidas na Casa do Migrante, em São Paulo, no período 1997-2007



Fonte: Elaboração própria a partir das fichas cadastrais de usuários da Casa do Migrante. Acervo CEM.

## Conclusões

Daniel Pécaut (2003: 113-133) considera que a apresentação da história em termos de catástrofes é amplamente ahistórica. Pécaut, ao evocar as reflexões que Walter Benjamin faz sobre o conceito de história, a propósito do *Angelus Novus* de Paul Klee, afirma que o monte de escombros faria parte da vulgata histórica colombiana, mas não o vento do progresso. Escassos seriam os momentos nos quais se acreditaria no progresso, incluídos os atuais. Contrariamente, no Brasil, onde devido à influência do positivismo se manteria a convicção de que se poderia progredir e de que o futuro estaria garantido, sem importar as vicissitudes. Esse fenômeno seria explicável na Colômbia devido aos estragos que a guerra causaria e que exprimiriam uma tríplice impossibilidade e confusão entre as esferas da memória, o esquecimento e a história (Pécaut, 2003). Contudo, devo assinalar que Pécaut se esqueceu, entre outros, das extraordinárias análises históricas de Maria Teresa Uribe de Hincapié (1999), as quais procurariam dar conta de modo sistemático da genealogia do conflito interno colombiano.

Por outro lado, os estados de guerra prolongados na Colômbia têm causado uma constante desterritorialização que hoje produz mais de 5 milhões de “refugiados internos”. Atualmente, depois da Síria a Colômbia constitui o segundo país com maior número de “deslocados internos”. A esse respeito, deve destacar-se que durante os governos de Álvaro Uribe (2002-2010), as cifras em geral tanto de refugiados quanto de solicitantes de asilo aumentaram exponencialmente. Assim, se em 2002 as solicitações de asilo não superaram as 10 mil por ano, a partir de 2001 as mesmas ultrapassaram as 20 mil por ano. Exceto em 2005 quando houve aproximadamente 15 mil e em 2006 quando ascenderam a, mais ou menos, 18 mil.

No que se refere à população refugiada propriamente dita, é de salientar que até 2002 houve por volta de 20 mil refugiados colombianos no mundo, enquanto em 2007 essas mesmas pessoas atingiram aproximadamente 81 mil pessoas, ou seja, 4 vezes mais (Estrada, 2010). Apesar disso, o ex-presidente Álvaro Uribe negaria reiteradamente a existência de qualquer conflito bélico na Colômbia.

Já com relação aos viajantes forçados colombianos que passaram pela Casa do Migrante entre 1997 e 2007, é de salientar que eles atingiram cifras expressivas com relação ao total dos moradores da Casa: um terço ou mais ao longo dessa década. Eram, sobretudo, homens entre 20 e 50 anos, solicitantes de asilo ou refugiados que, entre 2006 e 2007, estariam acompanhados de suas famílias. Embora registrados como brancos e negros, constatei que majoritariamente poderiam “classificar-se” como mestiços ou afrodescendentes que teriam nascido ou provinham de pequenas cidades, onde o conflito teria sido emblemático. Quase todos contavam com um bom nível de escolaridade: no mínimo o ensino fundamental completo. Muitos exerciam uma profissão mas, sobretudo, um ofício ligado principalmente ao terceiro setor (vendedores em geral e camelôs, artesãos ou técnicos). Muitos teriam feito uma longa travessia para chegar ao Brasil, seja

pela floresta amazônica ou pela estrada pan-americana. Eram numerosos os que já tinham sido refugiados em outro país, em especial, Equador, mas devido a ameaças e perseguições tiveram que fugir novamente, tornando-se reassentado. Só poucos deles teriam sucesso na solicitação de reunião familiar. A maioria permaneceria no albergue entre dois e seis meses, sobretudo, as mulheres. Só uns poucos permaneceriam oito meses ou mais.

Ao mesmo tempo, os efeitos macro e micropolíticos dessa desterritorialização dariam lugar a múltiplas resistências<sup>6</sup>, de reivindicações individuais e coletivas até o rebusque. Manifestações dela constituiriam as tentativas de prolongar a estadia no albergue, assim como a consecução de documentos, trabalho (“bicos”) e, de modo geral, a “sobrevivência” (alimentação, mobilidade, etc.) em São Paulo, levando em conta o quadro de extrema vulnerabilidade em que se encontravam esses colombianos.

Porém, a desterritorialização ocasionaria também efeitos positivos, não apenas negativos: “você perde a sua guarida, porém, sabe que pode construí-la em qualquer parte; separa-se de seus amigos, não obstante, sabe que pode tecer a sua rede de novo; rompe-se com o medo, o medo de perder a casa, os amigos”<sup>7</sup>, a “moral”, o discurso ordinário, etc. O medo que corrompe e no qual se apoiam as ditaduras, os microfascismos. Em uma palavra, rompe-se com a estabilidade e a segurança que nos sedentariza, nos domestica. Felizmente, diante das catástrofes, do medo, das viagens forçadas, os colombianos sempre esgrimem sua melhor arma: o humor, essa arte das superfícies que abomina as alturas e as profundezas em favor da gravidade. Essa arte que perverte, como diria Michel Foucault (2007).

## Notas

1 - Desde 2012 a Colômbia aparece pouco na mídia brasileira, curiosamente quando começam as negociações de paz entre o Estado colombiano e as FARC. Parece que a paz não gera o rating (IBOPE) suficiente para ser noticiada, ao contrário, do que acontece com a guerra.

2 - Quando me refiro a esse neologismo, que se disseminara vastamente nas ciências humanas a partir da publicação original, em língua francesa, do *Anti-Édipo* de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1972), enfatizo a sua estreita relação com as noções de território, terra e reterritorialização. O território não designa apenas um referencial geográfico, mas indica relações de propriedade, apropriação ou identidade. Mesmo que a desterritorialização aluda ao espaço, ela não corresponde apenas à delimitação objetiva de um lugar geográfico. Seu valor é existencial, circunscreve (material e afetivamente), para cada um, o campo do familiar e do vinculante, marca as distâncias com o outro e protege do caos. Portanto, desterritorialização não tem a ver exclusivamente com fugir ou ser forçado a abandonar um território.

3 - Estas entrevistas não serão utilizadas no presente texto. Contudo, fizeram parte das fontes primárias da minha tese de doutorado.

4 - A composição das famílias registradas é diversa. Contudo, destacam-se as do tipo nuclear. Há também algumas compostas por mães chefes de família. Outras, contrariamente, só por irmãos ou famílias extensas (avós e netos, sobretudo).

5 - No dicionário Aurélio, o rebusque se define como a ação de rebuscar-se; é um sinônimo de arranjo, negociata, de conseguir algo para si por expedientes; de filar; de arranjar-se. Coloquialmente o que na Colômbia se denomina rebusque se aproximaria do que no Brasil se denomina virar-se, arranjar-se ou dar um jeito.

6 - Onde se exerce o poder há resistência, como diria Michel Foucault (1984), e, embora sequestrada por dispositivos de poder, políticas de subjetivação e cognição hegemônicas, ela possibilita modos de existência que resgatam a potência do político.

7 - Trecho da narrativa de Bruno I (Estrada, 2010: 271), um dos viajantes forçados colombianos que entrevistei.

## Referências

- AGIER, M. *Gérer les indésirables : des camps de réfugiés au gouvernement humanitaire*. Paris : Flammarion, 2008.
- AGIER, M. "Refugiados diante da nova ordem mundial". São Paulo, *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 18, nº. 2, pp. 197-215, 2006.
- AGIER, M. «La main gauche de l'Empire». Paris, *Multitudes*, nº 11, p. 67-77, 1/ 2003.
- ASSOCIAÇÃO PALOTINAS. Apresentação. São Paulo: Palotinas, 2015.  
Disponível em:<<http://www.palotinas.com.br/paginas/ver/803>>. Acesso em: 08/06/2015.
- CERTEAU, M. A invenção do cotidiano. Petrópolis: Vozes, 2003.
- CUTTI, D. "Migrantes ou Carentes? A trajetória da Associação de Voluntários Pela Integração dos Migrantes-AVIM". São Paulo, Revista Travessia, nº29, Setembro-Dezembro, 1997.
- DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO NACIONAL DE ESTADÍSTICA – DANE. Censo general 2005. Nivel nacional. República de Colombia: Dane, 2008.
- DELEUZE, G; GUATTARI, F. El Anti-Edipo. Capitalismo y Esquizofrenia. Barcelona, Espanha: Paidós Ibérica-S.A, 1985.
- DELEUZE, G; GUATTARI, F. Mil Mesetas: Capitalismo y Esquizofrenia. Valencia-Espanha: Pre-Textos, 1994.
- ESTRADA, M. R. Desterritorialização e resistências: viajantes forçados colombianos em São Paulo e Barcelona. Campinas: IFCH-UNICAMP, 2010. Tese de doutorado.
- FERREIRA, J. S. W. O mito da cidade-global. O papel da ideologia na produção do espaço urbano. Petrópolis: Vozes, 2007.
- FOUCAULT, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- FOUCAULT, M. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. Trad. Salma Tannus Muchail. 9. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- GUATTARI, F; ROLNIK, S. Micropolítica: cartografias do desejo. Rio de Janeiro: Vozes, [1986] 2011.
- KOFES, S. Uma trajetória em narrativas. Campinas: Mercado de Letras Edições e Livraria Ltda, 2001.

- MISSAO PAZ. Rostos da migração. São Paulo: Missão Paz, 2015.  
Disponível em:<<http://www.missaopaz.org>>. Acesso em: 08/06/2015.
- PÉCAUT, D. Las FARC: ¿Una guerrilla sin fin o sin fines? Bogotá: Norma, 2008.
- PÉCAUT, D. Crónica de cuatro décadas de política colombiana. Bogotá: Norma, 2006.
- PECAUT, D. Violencia y Política: ensayos sobre el conflicto colombiano. Medellín: Hombre Nuevo-Universidad del Valle, 2003.
- ROLNIK, S. Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina, [2006] 2011.
- URIBE de HINCAPIÉ, M. T. “Las soberanías en disputa: ¿conflicto de identidades o de derechos?”. , Medellín, Estudios Políticos, nº. 15, pág. 23-47, diciembre, 1999.
- URIBE de HINCAMPIÉ, M. T. “Las soberanías en vilo en un contexto de guerra y paz”. Medellín, Estudios Políticos, 13, pág. 11-37, junio-diciembre de 1998.

## RESUMO

Este artigo analisa, do ponto de vista antropológico, a passagem pela Casa do Migrante de colombianos *desterritorializados* entre os anos de 1997 e 2007, com base em dados estatísticos e demográficos extraídos de suas fichas cadastrais no CEM e complementados com observações etnográficas. Sustenta-se que esta *desterritorialização* é um processo geográfico e existencial. Aponta que este mesmo fenômeno, no caso colombiano, está estreitamente ligado a *estados de guerra prolongados* que geram os mais diversos tipos de *resistência*, desde reivindicações individuais e coletivas até a prática do *rebusque*.

**Palavras claves:** refugiados colombianos, desterritorialização, *rebusque*.

## ABSTRACT

This paper explores, from an anthropological point of view, the flux of *deterritorialized* Colombians at the *Casa do Migrante* in Sao Paulo city, between 1997 and 2007. The analysis is based on statistical and demographic information excerpts from their personal data card in the CEM, and complemented by ethnographical observations. I support this *deterritorialization* process is both geographic and existential which obeys *prolonged states of war*. I also sustain that the same phenomenon produces several types of resistance, ongoing from vindications to *resourcefulness*. Thus resistance is expressed in an impetuous, subtle, noticeable, or concealed way, constituting what Scott, Certeau, and Pécaut designate *infrapolitics*, *antidiscipline*, or *savoir-faire*, respectively, which individuals resort to in the event of necessity.

**Keywords:** colombian refugees, deterritorialization, *resourcefulness*.